



Os discentes do curso de biblioteconomia e o acesso ao ensino superior na UFMT/CUR - 2009 A 2012: um estudo de caso

Janete Fernandes Silva
Edileuda Soares Diniz
Aline Fernanda dos Santos

Resumo: Este artigo tem como objetivo conhecer o perfil acadêmico dos discentes do Curso de Biblioteconomia da UFMT/CUR, no período correspondente a 2009-2012. Trata-se de um estudo de caso qualitativo de cunho exploratório, cuja finalidade foi averiguar a forma de acesso desses alunos ao Curso, se via vestibular e/ou ENEM/SISU. Optou-se pelo uso do questionário com questões objetivas, embora de caráter qualitativo, como instrumento de coleta de dados. A análise e a discussão dos resultados foram elaboradas por meio da organização dos dados em categorias de análise, de modo que fosse possível tecer argumentos, levando em consideração a fundamentação teórica e os objetivos traçados. Concluiu-se que as duas formas de acesso, o vestibular e o ENEM/SISU, apresentaram semelhanças quanto ao perfil dos sujeitos pesquisados. Os resultados evidenciaram o surgimento de indicativos de mudanças relacionados à renda, à situação de empregabilidade e à expectativa em relação ao Curso. Ao levantar a questão sobre a melhor forma de acesso à Universidade, os entrevistados não souberam opinar qual a mais adequada.

Palavras-chave: Perfil acadêmico. Biblioteconomia. IES. Vestibular e ENEM/SISU.

1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização e as constantes mudanças na sociedade e na economia exercem forte influência sobre o ambiente educacional, seja no nível Fundamental, Médio, Técnico e Superior. Com o avanço científico e tecnológico, a exigência por profissionais qualificados torna-se uma realidade e o mundo do trabalho demanda por recursos humanos devidamente preparados para atuar nesse contexto competitivo.

Dadas as políticas públicas educacionais, a universidade é a principal responsável pela formação de mão de obra para suprir as necessidades do mercado. Todavia, a fragilidade no sistema educacional brasileiro não tem correspondido às diretrizes da política de inovação e, tampouco, com o desenvolvimento tecnológico do país. Esta



afirmativa é sustentada na tese de doutorado de Silva (2013, p. 21): “[...] na década de 90, a educação é considerada promotora de competitividade. Educação que dá ao indivíduo a condição de empregabilidade e traz para a sociedade a modernidade associada ao desenvolvimento sustentável.” Para a autora,

[...] os novos arranjos de gestão estão voltados para a produção seriada, com baixo índice inovativo, principalmente nos projetos tecnológicos como se pode verificar no sistema de proteção do conhecimento tecnológico brasileiro de registro de patentes que não têm representação nas estatísticas internacionais. O segmento industrial brasileiro permanece estagnado nas suas atividades processuais, tentando agregar à linha de produção qualidade, redução de tempo e de custo. Alguns setores desenvolveram uma dinâmica competitiva e inovativa se posicionando no mercado internacional entre as primeiras no *ranking*, como a Embraer com a produção de aviões comerciais de pequeno porte, a Petrobras com a tecnologia de águas profundas e a Embrapa com melhoramento de grãos, na agricultura (SILVA, 2013, p. 22).

Como sinalizado por Silva (2009, p. 63),

A reestruturação da educação superior, como reflexo do processo de globalização baseado na política neoliberal, é interpretada por certos autores pelo conceito de *capitalismo universitário*. [...] No universo do capitalismo acadêmico, as universidades estariam redefinindo objetivos e funções, construindo suas adaptações, vulneráveis às demandas do mercado, como, por exemplo, na definição de cursos e de profissões, na oferta de serviços, [...]. [...] a maior parte do tempo da vida acadêmica, da sua inteligência e da sua vontade é dedicada à conquista do mercado, o que acarreta efeitos, como perda de confiança nas universidades públicas, mais recursos para pesquisa aplicada do que para a básica, aumento de recursos para ciências naturais e tecnologia do que para as ciências sociais e as humanas, entre outros.

Mesmo com as políticas educacionais brasileiras voltadas para a desigualdade social e para a competitividade tecnológica, é plausível dizer que pouco mudou em relação ao desenvolvimento local e social, como se pode averiguar nos Arranjos Produtivos Locais (APL), com raras exceções. Para Silva (2013, p. 23), “Continuamos fornecendo matéria-prima para os países de primeiro mundo e comprando seus produtos com valor agregado e pagando um valor muito acima em relação ao da matéria-prima

fornecida”.

Observa-se que a educação é importante para o país, enquanto condição de competitividade, no sentido de permitir o desenvolvimento produtivo baseado no conhecimento, mas, ainda hoje, no tocante à inovação, principalmente, para as micros, pequenas e médias indústrias instaladas no país, que representam em torno de 80% do mercado ativo, tem uma representação insignificante em relação aos países desenvolvidos (SILVA, 2013, p. 24). Aproximando-se dessa visão, para Sobral (2000, p. 8), “[...] o desenvolvimento é obtido através de uma maior competitividade dos indivíduos, das empresas e do país no mercado internacional, bem como através de uma maior participação social dos cidadãos”.

Durante as últimas décadas, a busca pela qualidade no Ensino Superior exige políticas estruturadas e eficazes, com olhar mais apurado para o indivíduo que se encontra em processo de formação. Dessa forma, a educação superior no Brasil tem sido alvo de amplas discussões pelas comunidades acadêmicas, pelas políticas científicas e pelo meio empresarial. Esse tipo de educação tem se caracterizado como a principal ligação entre o indivíduo, a sua formação profissional e sua inserção no mercado de trabalho (SILVA, 2013, p. 26). Na tentativa de aparecer nos gráficos internacionais, ações governamentais têm massificado a educação e classificado essa popularização de democratização.

O tema aqui tratado é polêmico, na medida em que envolve a questão da formação do sujeito em sua trajetória escolar e na forma de seu acesso às Instituições de Ensino Superior (IES). A maneira de seu ingresso às IES conta, atualmente, com a proposta de seleção que consiste na substituição do método tradicional e mais usado pelas universidades – o vestibular –, pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Esse modelo de triagem ainda não teve a adesão de todas as IES brasileiras, entretanto, desde que foi lançado, em 2009, tem conquistado cada vez mais adeptos. A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)/Campus Rondonópolis (CUR), unidade objeto deste estudo, optou pelo processo de seleção ENEM/SISU como fase única de acesso ao Ensino Superior. A partir desse cenário, este artigo tem como objetivo conhecer os discentes que ingressaram no Curso de Graduação em Biblioteconomia, no período de 2009 a 2012, via ENEM/SISU. Buscou-se identificar o grau de escolaridade de seus pais;



ambiente em que ocorreu a formação dos discentes, se em escola pública ou privada; renda da família e a participação do discente na renda familiar; conciliação dos estudos com o trabalho; forma de acesso ao Ensino Superior; opção pelo Curso de Biblioteconomia e expectativa com a profissão.

A construção textual, portanto, após esta breve introdução, encontra-se assim dividida: referencial teórico, onde são apresentadas discussões acerca da democratização do Ensino Superior no Brasil e das políticas educacionais; procedimentos metodológicos; a análise do caso específico, o Curso de Biblioteconomia e, por fim, as considerações finais.

2 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nem mesmo a ampliação das IES públicas no Brasil favoreceu o acesso da população de baixa renda a esse nível de ensino, o que se tornou um desafio para o país. Consciente disso, o governo federal passou a desenvolver políticas públicas de democratização de acesso à educação superior, objetivando contribuir para a redução das desigualdades sociais (AMARAL, 2010; NOMERIANO, 2011; SILVA, 2013; SOUZA, 1992). Na opinião de Santos (2004, p. 3):

[...] vive a transnacionalização da educação superior, um fenômeno que atravessa os diversos continentes e insere-se na lógica mercantil, que domina o conjunto das relações. Nele, prevalecem: a perda de prioridade do bem público nas políticas públicas; a descapitalização da universidade pública; o não investimento do estado; a indução à parceria com o setor do capital, eliminando ou diluindo a distinção entre público e privado; e a conversão da instituição pública numa empresa produtora de mercadoria e de si mesma como mercadoria, o que afeta os processos de gestão, formação, avaliação e certificação.

Ainda na visão desse autor, a expansão do mercado educacional baseia-se na sociedade da informação e, nessa concepção, a universidade ocupa lugar de referência, pondo-se a serviço da competitividade econômica. Diante desse contexto mercantil,



sinaliza-se o quão o ensino-aprendizado está à *mercê* da massificação da educação. Para Silva (2009, p. 53), esse processo de massificação tornou-se

[...] A expansão indiscriminada da educação superior, com foco no atendimento às metas de crescimento, sem considerar componentes relacionados à qualidade da educação (financiamento, titulação docente, estrutura institucional, ensino articulado à produção da pesquisa, entre outros).

Durante o seu desenvolvimento, o Ensino Superior brasileiro teve, como palavra de ordem, a expansão. Na última década, porém, apoiada pelas políticas públicas educacionais, a palavra de ordem tornou-se democratização. Ristoff (2011, p. 16) confirma essa tendência:

Se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar. E isto significa criar oportunidades para que milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado, elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados.

O panorama atual reflete os esforços governamentais para a democratização do Ensino Superior e a criação das políticas afirmativas. Em se tratando da democratização do acesso a esse nível de ensino, as políticas de ações afirmativas têm apresentado resultados positivos no tocante ao ingresso, tanto no setor público como no privado. Mesmo que positivas, as ações afirmativas que visam garantir a admissão à educação superior não são suficientes para se concretizar o sonho da democratização (PAULA, 2012, p. 49).

Essa questão, além do acesso às IES, deve estar associada, também, às condições de permanência do indivíduo, bem como à qualidade da sua formação, que depende de diversos fatores como redução da jornada de trabalho; ambiência para a realização dos estudos, tanto na residência quanto na instituição de ensino; inserção no mercado de trabalho, as atividades desenvolvidas devem estar devidamente alinhadas com o processo de formação, teoria e prática; e participação em programas de pesquisa científica e tecnológica.

Outro fato a considerar é a desconexão que existe entre os níveis do ensino brasileiro: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. Rever as políticas do ensino de base é questão urgente, pois é sabido que os primeiros anos da formação do indivíduo refletem na fase de formação adulta. A integração coerente dos diferentes níveis de ensino possibilitaria conhecer a realidade, as necessidades e as potencialidades de cada nível, o que pode trazer benefícios por meio da troca de saberes e de experiências (PAULA, 2012; SGUISSARDI, 2005; SILVA, 2013).

Ao resgatar os principais períodos que envolveram os processos de seleção para adentrar as universidades públicas, torna-se necessário voltar ao início do século XX. Esse resgate permitirá conhecer como se chegou à massificação ou à democratização da educação superior, via processos seletivos. Amaral (2010); Nomeriano (2011); Silva (2009); Silva (2013); Sobral (2000) apresentaram em seus trabalhos, um panorama da história da universidade, das políticas educacionais e dos processos de seleção no Brasil.

Foi no Estado da Bahia que, oficialmente, surgiram os primeiros cursos superiores, criados em fevereiro de 1808. Após esse período, as faculdades foram aparecendo lentamente com o intuito voltado para atender às necessidades da elite daquela época (CUNHA, 2000; ROMANELLI, 2005). Os processos de seleção existem com o cunho de eliminarem aqueles que não estão aptos a assumirem uma função ou um cargo (PAULA, 2012; SILVA, 2013). Para entrar nas universidades brasileiras, foi indispensável a definição de um exame seletivo que fizesse o filtro dos melhores candidatos e dos mais bem preparados (SANTOS, 2004).

Com o aumento de indivíduos que buscavam a formação superior, ultrapassando o número de vagas disponibilizadas pelas universidades, o governo se sentiu forçado a criar um processo que selecionasse quem poderia ingressar nas instituições públicas. Foi então que, sob o Decreto 8.659 de 05 de abril de 1911, criou-se o exame de admissão. Esse exame era realizado de forma oral e escrita. A prova escrita continha questões de língua portuguesa, língua estrangeira, ciências –matemática, física e química – e o conteúdo da prova oral era específico, de acordo com o curso e a faculdade pretendida. A realização das provas ocorria em um ambiente com intensa fiscalização (PAULA, 2012; RIBEIRO NETTO, 1985; SOBRAL, 2000).

Quatro anos após a criação, sob o Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915, os



exames de admissão aos cursos superiores receberam a denominação de “vestibular”. Esse Decreto garantia a matrícula para todos os candidatos aprovados via essa modalidade (RIBEIRO NETTO, 1985). Novas mudanças foram atribuídas ao exame, com o Decreto nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925, que instituiu o número de vagas disponíveis pelas IES e só poderia realizar a matrícula o candidato devidamente aprovado e classificado dentro do quadro de vagas disponíveis. Anteriormente a esse Decreto, todos os alunos aprovados tinham direito à matrícula.

Em 28 de novembro de 1968, era promulgada a Lei nº. 5.540, estabelecendo novas normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola de Ensino Médio, além de outras providências (LOBO NETO, 2012). Essa Lei, de acordo com Santos (2004, p. 4), instituiu “[...] o vestibular unificado e explicitou aquilo que os documentos anteriores não conseguiam sobre a função do vestibular como instrumento de seleção que era de utilizar os conhecimentos do segundo grau para a seleção do candidato à educação superior”.

A expansão das escolas superiores pelo país contribuiu para aumentar o interesse pela construção de uma universidade. Mas isso só veio acontecer em 1920, sob o Decreto nº 14.343 de 07 de setembro de 1920, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi fundada a primeira universidade brasileira, nomeada como Universidade do Rio de Janeiro. Em 1930, o Brasil dispunha de apenas duas universidades, a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais, criada em 1927. A partir desse período, inicia-se o esforço pela instalação e alteração do Ensino Superior no Brasil, que passou por crises e impasses sob a influência dos acontecimentos e das transformações que o país vivenciou entre as décadas de 1930 e 1960, tais como: sua industrialização e urbanização. A transformação foi uma das causas que culminou com a ampliação e a reformulação dessa fase do ensino. A industrialização, dentre outros fatores, possibilitou o acréscimo da oferta de trabalho assalariado e representou o crescimento da demanda social pela expansão do ensino (CUNHA, 2000).

Paralelamente à formação de universidades, durante o governo Vargas, foi instituído o Ministério da Educação (MEC). Nesse governo, foram sancionados decretos que originaram a Reforma Francisco Campos, dentre os quais se estabeleceram: o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931); o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931), que autorizava



Artigos

e regulamentava o funcionamento das universidades; e a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931). Este último passou a reunir as faculdades de Direito e de Medicina, a Escola Politécnica, a Escola de Minas de Ouro Preto, as Faculdades de Farmácia e de Odontologia, a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional de Música (AMARAL, 2010; NOMERIANO, 2011; ROMANELLI, 2005; SILVA, 2009; SOBRAL, 2000).

No ano de 1932, foi lançado o manifesto dos pioneiros da escola nova. Os militantes reivindicavam o acesso a todos os níveis de educação, independente da sua condição social, pois a prioridade da educação superior era dada à elite, caracterizando, assim, um modelo de ensino elitista, que assinalou a história da educação brasileira.

Consideram-se, também, como iniciativas importantes para o progresso do Ensino Superior desse período, a criação da Universidade de São Paulo e a Constituição de 1934 que previa a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Esse Plano só foi estabelecido em 1961, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1961 – a LDB 4.024/61. Durante praticamente três décadas (1930 a 1960), o crescimento das universidades se deu de forma espontânea e desordenada, tendo sido criadas mais de 20 universidades federais no Brasil (NOMERIANO, 2011; SOBRAL, 2000).

Ainda na década de 1960, outro acontecimento histórico marcou o processo de desenvolvimento do Ensino Superior: em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Reforma Universitária pela Lei nº 5.540, de 28/11/68. Essa reestruturação provocou muitas mudanças na medida em que buscou fixar novas normas e organizar o funcionamento do Ensino Superior brasileiro (LOBO NETO, 2012; NOMERIANO, 2011; SOBRAL, 2000).

Na década de 1970, com o crescimento econômico do país, houve um impulso para a criação de universidades federais, estaduais, municipais e particulares. No decorrer dessa década, a rede de Ensino Superior expandiu-se de modo surpreendente. A modernização econômica do país passou a exigir cada vez mais recursos humanos devidamente qualificados, processo esse que acelerou, ainda mais, o desenvolvimento desse nível de ensino.

Segundo Caôn e Frizzo (2012, p. 14), “[...] Em apenas uma década, de 1970 a 1980, as matrículas nos cursos universitários subiram de 300.000 para um milhão e meio

[...]”. O grande aumento pela procura de vagas nas IES e a insuficiência de vagas no setor público favoreceram a expansão do setor privado. A crescente privatização do Ensino Superior comprometeu o acesso da população de baixa renda a essa fase de ensino, o que salientou a redefinição de novas políticas educacionais.

A necessidade de organização desse sistema originou a criação da Comissão Nacional do Vestibular Unificado (CONVESU), responsável por regulamentar o processo de seleção. As avaliações passaram a ter datas distintas, o conteúdo da prova foi restrito às matérias do Ensino Médio e o exame vestibular composto por questões de múltipla escolha. Nesse período, o sistema educacional recebeu fortes críticas e passou a ser responsabilizado pela má formação do discente. Com o intuito de solucionar o problema, o MEC criou um grupo de trabalho que recomendou a inclusão da redação dissertativa no exame vestibular, resultado do Decreto nº 79.298 de 24 de fevereiro de 1977 (RIBEIRO NETTO, 1985, p. 46).

Essas alterações deram origem ao novo modelo de prova que é utilizado até os dias atuais. Os exames passaram a ser constituídos em duas fases: uma redação e uma prova, contendo questões de múltipla escolha, abordando temáticas estudadas durante o Ensino Médio. Em geral, a estrutura da prova varia de uma IES para outra, porém, o objetivo do exame é o mesmo: selecionar, dentre os candidatos, aqueles que estão mais bem preparados para ingressar no Ensino Superior.

Nos anos de 1990, as políticas educacionais passaram a sofrer influência do Banco Mundial que, em seus documentos oficiais, apontavam a necessidade de uma nova reforma, no sentido de dar racionalidade e eficiência ao sistema de educação superior. Em 1996, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, cujo texto aboliu o termo vestibular, adotando a expressão “processo seletivo” e, também, previu a autonomia das instituições ao criar novos mecanismos de acesso que estabelecessem articulação com o Ensino Médio (SANTOS, 2004).

A partir dessa Lei, novos dispositivos de seleção e de ascensão à universidade foram desenvolvidos em articulação com o Ensino Médio, como o ENEM. Criado pela Portaria Ministerial nº 438 de 28 de maio de 1998, o ENEM apresentava-se com a finalidade de avaliar as competências e as habilidades dos estudantes concluintes do



Ensino Médio, de forma a medir o conhecimento adquirido por esses discentes durante sua trajetória escolar e servindo, também, de subsídio aos mecanismos de seleção à educação superior (PAULA, 2012, p. 194). No período de 1998 a 2008, o ENEM era realizado em um único dia e as provas continham 63 questões e uma redação, e o aluno do Ensino Médio não era obrigado a realizá-lo.

No ano de 2004, uma nova função foi atribuída ao ENEM, após o MEC criar o Programa Universidade para Todos (PROUNI): as notas do ENEM passaram a ser usadas para a concessão de bolsas nas IES privadas. Assim, os estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas, que apresentassem melhores desempenhos no ENEM, podiam se inscrever no PROUNI. Algumas IES públicas e privadas também passaram a usar essa nota em seus processos seletivos, como foi o caso da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Para ingressar na UFMT, o candidato poderia optar pelo concurso Vestibular Unificado, com peso de 100%, ou pelo concurso Vestibular Unificado, com peso de 80%, mais o resultado do Exame, com peso de 20%.

Em 2009, o MEC fez uma nova proposta, que consistia na utilização do ENEM como processo seletivo para ingresso nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). No entendimento do MEC, “[...] a unificação do processo seletivo trará benefícios, com a democratização das oportunidades de concorrência, a mobilidade dos estudantes e a possibilidade de reestruturação de currículos do ensino médio” (PAULA, 2012, p. 195).

O MEC destacou que as IFES não tinham a necessidade de abandonar seus processos seletivos, porém sugeriu algumas formas para que as mesmas pudessem aproveitar o ENEM. Estabeleceu-se que o Exame poderia ser usado como fase única por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU) como primeira fase do vestibular tradicional ou como fase única para preenchimento das vagas remanescentes.

O SISU aumenta a possibilidade de o candidato ter acesso ao Ensino Superior, concorrendo às vagas de todas as IES participantes do sistema, sem a necessidade de deslocamento para as universidades pleiteadas, podendo, inclusive, realizar as provas em um único local. Este é o ponto preponderante do SISU: a seleção nacional (PAULA, 2012, p. 197).



Observa-se que, desde o princípio, a proposta do ENEM/SISU, como fase única para acesso às IFES, foi bem sucedida e, desde sua implantação, conquista cada vez mais adeptos. O ENEM, como passou a ser chamado o Exame, criou também um novo modelo de prova, com 180 questões, divididas em quatro áreas do conhecimento: as Linguagens e os Códigos (Português), as Ciências Humanas (Geografia e História), as Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), a Matemática e a Redação.

O ENEM/SISU é parte das políticas públicas que estão sendo implantadas no Ensino Superior brasileiro, visando a democratização do acesso às IES. No entanto, essa questão da democratização deve estar associada a outros fatores e elementos como, por exemplo, garantir a permanência do discente na universidade. Com a ampliação das IFES e, conseqüentemente, o número de vagas, outro problema está evidente: vagas ociosas que sequer são preenchidas via processo seletivo e outras, por causa do fenômeno da evasão, na maioria dos cursos de graduação.

Os mecanismos de acesso ao Ensino Superior não podem ser considerados como democratização da educação e, sim, como pilares para a educação de qualidade. Tais mudanças precisam ser acompanhadas por medidas de melhorias do Ensino Fundamental e Médio, as quais deveriam anteceder às ampliações das IFES.

3 METODOLOGIA

O posicionamento metodológico encontra-se fundamentado pela pesquisa qualitativa de cunho exploratório, porque esse tipo de investigação permite a compreensão e o aprofundamento de vários fenômenos. Buscou-se compreender os fenômenos sociais participantes da vida dos sujeitos desta pesquisa. Mora (1978) afirma que a fenomenologia é uma

[...] pura descrição do que se mostra por si mesmo de acordo com o princípio dos princípios: reconhecer que toda a intuição primordial é uma fonte legítima de conhecimento, que tudo o que se apresenta por si mesmo na intuição e, por assim dizer, em pessoa deve ser aceita simplesmente como o que se oferece e tal como se oferece, embora apenas dentro dos limites nos quais se apresenta.

A adoção da natureza qualitativa justificou-se por permitir a compreensão detalhada dos significados e das características apresentadas no campo teórico, por admitir a aproximação da realidade exposta no contexto educacional e por buscar as relações entre os temas investigados, suas essências e contribuições para o mundo social. Essa escolha consentiu que a investigação chegasse a um nível de interpretações sobre o fenômeno, o contexto, o ambiente investigado e à forma de pensar o fenômeno (SILVA, 2013, p. 104). Para Strauss e Corbin (1998), a pesquisa qualitativa refere-se à:

[...] vida das pessoas, histórias, comportamentos e também ao funcionamento organizativo, aos movimentos sociais ou às relações e às interações. Alguns dos dados podem ser quantificados, porém a análise em si mesma é qualitativa [...].

Embora o estudo tenha requerido um instrumento de coleta em que os dados foram quantificados, a sua análise foi em si mesma qualitativa. O caráter exploratório, por sua vez, inseriu-se neste contexto qualitativo para proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, como aponta Gil (2008, p. 41).

Como delineamento da investigação, fez-se uso do estudo de caso o que possibilitou a análise de uma unidade educacional. Yin (2005, p. 32) compreende estudo de caso como sendo “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre eles não estão claramente definidos”. Em consequência disso, o traço distintivo do estudo de caso é a crença de que os sistemas humanos apresentam uma característica de totalidade e integridade e não constituem, simplesmente, uma vaga coleção de traços (SILVA, 2013, p. 104). Esse estudo é um delineamento pluralista não se opondo aos outros esboços, mas completando-os. Merriam (1998, p. 39) considera essa junção de modalidades de “pesquisa de estudo de caso qualitativo”.

O fenômeno investigado foi o Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFMT/CUR, criado em 1999 e implantado em 2000. A escassez de profissionais bibliotecários no Estado foi um grande aliado na implantação do Curso. Assim como os demais cursos de graduação, esse tem como objetivo formar profissionais devidamente capacitados para atuarem no mercado de trabalho.



[...] O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Mato Grosso foi estruturado com a finalidade de formar profissionais para atuarem como administradores de bibliotecas, centros de documentação, unidades e serviços de informações, e no processo de mediação e disseminação entre o universo da informação e seus usuários, em instituições públicas ou privadas, das quais citamos as universidades, as escolas, as secretarias de governo, o ministério público, os institutos de pesquisas, os provedores de informações, as empresas, os bancos, as indústrias, os centros culturais, entre outros [...]. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 2007, p. 7).

Conta com 124 discentes matriculados e distribuídos em quatro turmas, dado obtido no setor de ensino da UFMT/CUR, no primeiro semestre de 2012. O corpo docente é composto por nove professores, sendo que dois são doutores e os outros possuem a titulação de mestre. A amostra, no entanto, foi constituída por 24 discentes regularmente matriculados e frequentes no Curso, totalizando 20% do corpo de alunos. Participaram seis discentes de cada turma que se prontificaram em responder ao questionário estruturado com perguntas objetivas. A escolha pelo questionário justificou-se pelas vantagens existentes nessa ferramenta de coleta de dados, como pelo fato de caracterizar-se de fácil aplicação e por permitir que todos os participantes respondessem às perguntas em curto espaço de tempo. Esse argumento é reforçado pelos autores Albuquerque, Lucena e Cunha (2008, p. 34) ao afirmarem que esse instrumento de análise permite: “[...] Ao pesquisador abranger um número de pessoas e de informações em espaço de tempo, mais curto do que outra técnica e, por outro lado, de o pesquisador ter mais tempo para refletir sobre as questões e respondê-las adequadamente [...]”.

O trabalho de investigação iniciou-se com o levantamento bibliográfico acerca dos temas abordados, o que possibilitou estabelecer a fundamentação teórica e ter compreensão mais profunda sobre a temática discutida. Definiu-se a técnica a ser aplicada voltada especificamente para atender aos objetivos. Antes da aplicação efetiva do questionário de 17 questões, foi realizado o pré-teste. Na sequência, o questionário com questões objetivas foi reestruturado com base nas dificuldades e dúvidas que os participantes demonstraram ao respondê-lo e, só então, foi executado em definitivo. Sucessivamente, passou-se à tabulação dos dados, etapa que foi concretizada por meio de um diagnóstico feito com os resultados obtidos de cada turma, individualmente. A análise dos subsídios deu-se relacionando a teoria revista com as respostas dos participantes da

pesquisa para, em seguida, realizar as considerações.

4 O DISCENTE DE BIBLIOTECONOMIA E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA UFMT

Nesta seção, são apresentados os dados e a análise dos resultados sobre os alunos de Biblioteconomia, abrangendo o período de 2009 a 2012 e o tipo de acesso desses indivíduos ao Ensino Superior na UFMT, via vestibular e/ou ENEM/SISU. A Tabela 1 aponta os elementos sobre as características dos discentes das turmas do 1º, 2º, 3º e 4º anos.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	T1	T2	T3	T4
Idade	Menos de 20 anos	16%	0%	0%	0%
	De 21 a 24 anos	17%	50%	50%	16%
	De 25 a 28 anos	33%	50%	33%	17%
	De 28 a 32 anos	17%	0%	0%	50%
	Acima de 33 anos	17%	0%	17%	17%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Sexo	Feminino	100%	83%	67%	67%
	Masculino	0%	17%	33%	33%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Naturalidade	Rondonópolis	33%	33%	67%	34%
	Outras cidades de Mato Grosso	17%	17%	33%	33%
	Outros Estados	50%	50%	0%	33%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Empregabilidade	Trabalha/responsável pela renda familiar	17%	17%	16%	33%
	Não trabalha/despesas	33%	0%	0%	17%

	financiadas pela família				
	Trabalha/recebe ajuda da família	50%	33%	67%	33%
	Outros	0%	50%	17%	17%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Renda Familiar	Até 1 salário mínimo	0%	0%	0%	0%
	1 a 2 salários mínimos	50%	50%	17%	33%
	2 a 4 salários mínimos	50%	33%	33%	67%
	Até 5 salários mínimos	0%	17%	17%	0%
	Acima de 5 salários mínimos	0%	0%	33%	0%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Escolaridade Paterna	Não estudou	33%	16%	0%	16%
	Da 1ª à 4ª série – Ensino Fundamental	16%	17%	34%	50%
	Da 5ª à 8ª série – Ensino Fundamental	17%	33%	33%	0%
	Ensino Médio incompleto	0%	17%	0%	0%
	Ensino Médio completo	17%	17%	33%	17%
	Ensino Superior incompleto	17%	0%	0%	0%
	Ensino Superior completo	0%	0%	0%	17%
	Pós-Graduação	0%	0%	0%	0%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Escolaridade Materna	Não estudou	17%	0%	0%	0%
	Da 1ª à 4ª série – Ensino Fundamental	17%	16%	16%	17%
	Da 5ª à 8ª série – Ensino Fundamental	33%	50%	67%	33%
	Ensino Médio incompleto	0%	0%	0%	33%
	Ensino Médio completo	33%	17%	17%	0%



Artigos

	Ensino Superior incompleto	0%	17%	0%	0%
	Ensino Superior completo	0%	0%	0%	17%
	Pós-Graduação	0%	0%	0%	0%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%

Tabela 1 - Dados dos discentes de Biblioteconomia da UFMT
Fonte: Dados da pesquisa e elaboração das autoras.

Para conhecer a idade do discente, os indicadores foram organizados por faixa etária. A idade da amostra concentra-se entre 20 a 28 anos e o percentual de indivíduos do sexo feminino gira em torno de 80%. Importante relatar que, na turma do 1º ano, 100% dos respondentes são do gênero feminino, sendo que nenhum indivíduo do sexo masculino se dispôs a participar da pesquisa, o que influenciou decisivamente os resultados dessa categoria.

Com base nos dados, não é possível afirmar que as mudanças no processo de seleção unificado da UFMT tiveram interferência no perfil dos discentes, pois 42% dos discentes são naturais de Rondonópolis e 58% de outras regiões.

Buscou-se conhecer a situação socioeconômica do discente, por possibilitar inferências com relação à qualidade da formação educacional do indivíduo. Desta forma, a categoria situação de empregabilidade permitiu identificar que, de modo geral, grande parte dos alunos da pesquisa está inserida no mercado de trabalho. Alguns estudos apresentados na literatura, como o de Cardoso e Sampaio ([19--]), atentam para o fato de que determinados discentes, ao conciliarem o trabalho com os estudos, na maioria das vezes, tendem a não concluírem o nível de ensino almejado, ou, quando o conseguem, finalizam-no com baixa qualidade.

Para os autores, “[...] superar a dicotomia entre estudo e trabalho, mostrando que a conciliação dessas duas atividades pode ser viável – e até desejável –, a concepção de trabalho, na realidade, aparece subordinada ao processo estudo-aprendizado [...]” (CARDOSO; SAMPAIO, [19--]). Nesse sentido, o trabalho só é desejável se integrado à dinâmica do processo de formação educativo do indivíduo, como corrobora Cardoso e Sampaio ([19--], p. 3):

[...] enquanto parte do esforço de integração entre conhecimento e ação, teoria e prática, informação e formação, democratização e

eficácia, desenvolvimento econômico-social e maturidade individual, diálogo e metodologia didática.

Observa-se, de acordo com Cardoso e Sampaio ([19--], p. 2), que

[...] A antinomia trabalho e estudo não mais aparece como insuperável, mas como quase impossível de ser transposta, dadas as recomendações sobre as condições em que a injunção dessas duas atividades poderia se apresentar de forma positiva [...].

Afirma-se que, ao exercer trabalhos desvinculados da sua formação educacional, o discente é tão prejudicado em seu desempenho de aprendizagem, bem como reduz seu grau de envolvimento com o meio acadêmico. Portanto, quando o trabalho é condicionado à necessidade econômica ou ao anseio de autonomia financeira face à família, Rabello (1973, p. 10) “[...] tende a enfatizar o caráter ‘dialético’ [...]” das escolhas. É a tentativa de conciliação em conflito permanente entre estudo e trabalho. Para Rabello (1973, p. 45), “[...] existem situações em que estudo e trabalho podem convergir para um esforço de autoconsistência de personalidade humana do universitário, em termos de autossuperação para a autonomia plena [...]”. Todavia, existem casos em que estudo aliado ao trabalho pode traduzir-se em rotina, em dispersão interior, em mediocridade e desencanto, chegando mesmo à frustração de ambas as condutas do comportamento estudantil, provocando estresse, pré-neuroses, com a possível perda da substância dessas atividades no fenômeno decepcionante da evasão escolar (ABRANTES, 2012).

Há três situações básicas que contribuem para a formação de grupos de indivíduos no ambiente escolar, na visão Rabello (1973, p. 47): “[...] o jovem que apenas estuda, o jovem que estuda e trabalha e o jovem que estuda e precisa trabalhar como imperativo de sobrevivência [...]”. Essas circunstâncias apresentam fases psicológicas e comportamentais diversificadas e o discente, acompanhado de seus variados problemas, é conduzido ao ambiente acadêmico o que constitui os prós e os contras de cada uma dessas situações, com a condicionante de o aprendizado possibilitar a capacitação e a autorrealização (RABELLO, 1973).

Ainda na perspectiva de Cardoso e Sampaio ([19--], p. 2), “[...] É como se, pelo fato de trabalhar, o jovem deixasse de gozar plenamente sua condição de estudante e a

experiência do trabalho estivesse deslocada [...]”. Nesse sentido, a atividade do discente jamais deve ser tratada como uma opção, embora apareça sempre como compulsória. O adentrar do indivíduo, antes de concluir o Ensino Superior, no mercado de trabalho, está vinculado a condicionantes de ordem econômico-social. Remete o trabalho do indivíduo à sua origem familiar e à classe social de que faz parte (ABRANTES, 2012; RABELLO, 1973).

Conhecer a renda familiar dos discentes foi importante, embora não seja determinante para a análise das condições sob as quais esses indivíduos realizam o trabalho remunerado. Ainda se revelou significativa no que diz respeito à qualidade da educação dos indivíduos, principalmente, quando se acredita na sua influência no processo de formação. Infere-se que os discentes participantes da pesquisa e que recebem ajuda da família podem ser beneficiados com recursos provenientes do governo, como bolsas-auxílio, de estudo, de permanência, de pesquisa e de extensão, de monitoria. O valor dessas bolsas na UFMT é de R\$ 400,00. Assim, tem-se um grupo de discentes que exerce suas atividades profissionais para complementar a renda familiar e outro, para manter a família, sendo, portanto, o principal mantenedor.

A renda familiar dos discentes do Curso de Biblioteconomia encontra-se entre 1 a 4 salários mínimos, o que é uma receita relativamente baixa, se consideradas todas as necessidades do indivíduo, inclusive, para o investimento em uma educação de qualidade. Pode-se sinalizar que, salvas raras exceções, os indivíduos que estão na linha da pobreza não conseguem superar os desafios na busca de uma formação com qualidade. Neste estudo, não foi possível evidenciar esse indicador, mas o cotidiano revela-nos surpresas no meio acadêmico e na docência.

Sinaliza-se que a condição socioeconômica brasileira sempre acompanhou e influenciou a educação no Brasil. Ao trazer esse fato para o estudo em questão, verifica-se que a situação financeira costuma, em muitos casos, ser o incentivo para o indivíduo abandonar sua formação educacional em cursar o Ensino Superior, por estar inserido em uma classe na linha de pobreza. Pizzio (2010), no seu estudo, discutiu o que define os pobres como pobres e afirma que os sentidos e os conceitos do que se entende por pobreza têm variado a partir da abordagem conceitual. Ele revela que a literatura apresenta três ideias básicas articuladas à noção de pobreza.

[...] podemos destacar a ideia de subsistência, onde os indivíduos foram definidos em situação de pobreza quando suas condições materiais eram insuficientes para garantir sua integridade física. No segundo momento, destaca-se a ideia de necessidades básicas. O conceito representa simplesmente uma ampliação do primeiro, colocando em destaque os meios de sobrevivência mínimos demandados no plano coletivo e não apenas individualmente. Por fim, fala-se em privação relativa. As pessoas definidas nesta situação são aquelas que não podem obter regime alimentar, confortos, padrões e serviços que lhes permitam desempenhar os papéis, participar das relações e ter o comportamento habitual que se espera delas como membros da sociedade (PIZZIO, 2010, p. 97).

Kageyama e Hoffmann (2006, p. 81) apontam três categorias em que essa carência pode ser enquadrada: “[...] a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta); b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade (a pobreza relativa); pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva)”. Para os autores, a classificação de pobres e não pobres está baseada numa combinação de nível de renda e de três itens básicos de infraestrutura domiciliar, considerados indispensáveis para uma existência minimamente aceitável. Eles justificam que, nessa classificação, deve-se considerar a pobreza não apenas pela baixa renda, mas também por algum indicador de privação de bens essenciais cuja disponibilidade depende, em parte, de gastos públicos (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 83).

Furtado (2011), para desenvolver sua investigação, fez uso de variáveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004) e do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (2005) que possibilitaram uma forma complementar à linha de pobreza, ultrapassando a mera mensuração e descrevendo as posições sociais dos pobres (FURTADO, 2011, p. 307). Para que se chegasse aos valores da linha de pobreza, ao limiar que separa os pobres dos não pobres, o autor utilizou, como ponto de partida, o cálculo da linha de indigência que está ligada às questões de sobrevivência física (FURTADO, 2011, p. 314). Ele ainda tece uma discussão acerca de qual rendimento deveria ser usado para o cálculo da linha de pobreza, o qual poderia ser tanto a renda individual quanto o rendimento familiar ou domiciliar (FURTADO, 2011, p. 315).

Outra categoria que se relaciona com o fato de o discente trabalhar é o grau de instrução dos pais. De acordo com Cardoso e Sampaio ([19--], p. 7), “[...] Conforme aumenta a escolaridade tanto do pai como da mãe, diminui o percentual de estudantes que trabalham [...]”. Essa correlação existe de forma muito mais acentuada do que a relação com a renda familiar. Observa-se que o número de discentes que trabalha é a maioria, cujo rendimento das famílias se encontra entre 1 a 4 salários mínimos e o grau de escolaridade dos pais é muito baixo.

Os dados, com relação à frequência ao Ensino Fundamental e Médio, ao tipo de modalidade, à forma de ingresso na UFMT/CUR, à participação em cursinho preparatório para o vestibular ou ENEM/SISU, à forma de acesso à UFMT, o motivo e a expectativa com o Curso de Biblioteconomia e a opinião concernente a esse acesso, encontram-se na Tabela 2.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	T1	T2	T3	T4
Frequência ao Ensino Fundamental	Integralmente em escolas públicas	100%	83%	100%	100%
	Integralmente em escolas particulares	0%	17%	0%	0%
	Maior parte em escolas públicas	0%	0%	0%	0%
	Integralmente em escolas particulares	0%	0%	0%	0%
	Maior parte em escolas particulares	0%	0%	0%	0%
	Parte em escola pública e parte em escola particular	0%	0%	0%	0%
	Em escolas particulares com bolsa de estudo	0%	0%	0%	0%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Frequência ao Ensino Médio	Integralmente em escolas públicas	100%	83%	100%	100%
	Integralmente em escolas particulares	0%	17%	0%	0%
	Maior parte em escolas públicas	0%	0%	0%	0%
	Integralmente em escolas particulares	0%	0%	0%	0%
	Maior parte em escolas particulares	0%	0%	0%	0%

	Parte em escola pública e parte em escola particular	0%	0%	0%	0%
	Em escolas particulares com bolsa de estudo	0%	0%	0%	0%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Modalidade de frequência ao Ensino Fundamental	Regular	83%	83%	100%	100%
	Supletivo	17%	17%	0%	0%
	Outro	0%	0%	0%	0%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Forma de ingresso à UFMT	Vestibular	0%	0%	17%	100%
	ENEM/SISU	100%	100%	83%	0%
	Sistema de cotas	0%	0%	0%	0%
	Outro	0%	0%	0%	0%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%
Cursinho preparatório para o vestibular e ENEM/SISU	Sim	0%	17%	0%	0%
	Não	100%	83%	100%	100%
	TOTAL	100%	100%	100%	100%

Tabela 2 - Dados dos discentes de Biblioteconomia da UFMT

Fonte: Dados da pesquisa e elaboração das autoras.

Observou-se que os discentes da pesquisa frequentaram a escola normalmente, sem participar de qualquer sistema ou programa de aceleração educacional. As políticas de aceleração da aprendizagem objetivam a regularização do fluxo de alunos que cursam o Ensino Fundamental e Médio e que, por inúmeras repetências, atribuídas a fatores diversos, permanecem ocupando as vagas e onerando o sistema educacional público (RIBEIRO, 2008).

Com relação à forma de ingresso na UFMT/CUR, nota-se uma discrepância ocorrida devido às mudanças no processo seletivo no período de 2010, com a substituição do vestibular pelo ENEM/SISU. Desta forma, com as modificações advindas da forma de acesso à universidade, vagas que, até então, não eram preenchidas e candidatos sem opção de cursar o Ensino Superior têm agora a oportunidade de ocupar um espaço na universidade pública.

Para Alves (2009 p. 62), as transições no processo de seleção para adentrar a universidade têm: “[...] como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio [...]”. Essa condição dá ênfase a um dos objetivos pretendidos neste estudo, na medida em que expôs a dualidade do perfil dos alunos quanto à forma de acesso, sendo, assim, possível considerar que a transição do vestibular tradicional para o ENEM/SISU tem como um dos principais indicativos de mudança a migração de estudantes por todo país.

O dia a dia na sala de aula tem revelado que não basta dar acesso, aos indivíduos, aos níveis de ensino, se estes não estão preparados para acompanhar as exigências a fim de obterem uma formação com qualidade. É preciso repensar as políticas públicas educacionais. Silva (2013, p. 15) discorre sobre a política educacional brasileira por “[...] ter em seu bojo diretrizes que visam ao desenvolvimento econômico e social de toda população [por meio] do acesso às escolas e aos programas de ensino fundamental, médio e superior”. Para a autora, essa política prescreve, como prioridade, ampliar o acesso, em todas as etapas da educação, às regiões desenvolvidas e em desenvolvimento no território brasileiro. Ainda tece uma crítica em relação à educação para superar a pobreza, o que gera a massificação do ensino, a baixa qualidade na formação Básica e, na sequência, a precariedade das escolas e a falta de recursos necessários para conduzir um programa educativo eficaz. Dar acesso, ao indivíduo, à educação ineficaz, não é sinônimo de desenvolvimento humano, social e, muito menos, econômico (SILVA, 2013).

Os candidatos, muitas vezes, precisam de preparação extra para conseguir uma vaga nas universidades e o grupo de entrevistados disse não ter passado pelos cursinhos preparatórios na busca de um espaço ao Ensino Superior. Foi possível constatar que o ingresso à universidade pelo vestibular não dava margem para grande quantidade de aprovados, devido à nota de corte; já a entrada pelo ENEM/SISU aumentou, consideravelmente, esse acesso. Esta última modalidade não possui nota de corte e isso é uma das consequências da “democratização do acesso”. Democratização esta que se preocupa com que a quantidade de entrantes seja compatível com o número de vagas ofertadas. Resgata-se que não se podem considerar os mecanismos de ingresso ao ensino como democratização da educação e, sim, como pilares para a educação de qualidade.

As mudanças ocorridas nos processos de seleção deveriam se pautar na educação de base, no fortalecimento do Ensino Fundamental e Médio que antecedem à formação Superior.

Diante disto, há um número significativo de indivíduos da pesquisa que não possui opinião sobre o melhor critério de acesso à universidade, o que demonstra o frágil embasamento deles quanto aos mecanismos alternativos de ingresso ao Ensino Superior em instituições públicas.

O Curso de Biblioteconomia tem uma tradição evidente: poucos são os candidatos que optam pelo Curso por conhecerem a profissão e almejem a carreira de bibliotecário. A escolha está atrelada à baixa concorrência, ao fácil acesso à universidade pública e ao diploma. Com o certificado em mãos, a oportunidade de empregabilidade, por meio do concurso público, é uma alternativa. Essa perspectiva torna-se verdadeira no momento em que a iniciativa privada, empresas e indústrias pouco conhecem a profissão do bibliotecário.

A prática tem mostrado que o profissional bibliotecário, com rara exceção, consegue assumir cargo de gestor da área de inteligência competitiva, de prospecção tecnológica, de gestão da informação, função que é ocupada por engenheiros, administradores, economistas. Ao bibliotecário, resta-lhe o exercício de sua profissão no ambiente das bibliotecas. As organizações que possuem um profissional bibliotecário têm-no inserido na biblioteca e sua principal função é o tratamento de fontes de informações e o atendimento aos usuários. Citam-se, como exemplo, as empresas Usiminas e Petrobras, cujos centros de informação estratégicos estão sob a gestão de profissionais de outras áreas.

Profissional da informação que atua em mercados turbulentos precisa dominar mais de um idioma, acompanhar as mudanças ocorridas no cenário econômico, político, tecnológico e se adaptar a elas, liderar equipes de trabalhos, transformar informação em valor. Neste mundo globalizado e competitivo, não basta organizar documentos e gerenciar bases de dados; é necessário ir além, principalmente, os que desejam empregos e salários compensadores.

Um ponto importante na pesquisa é saber o que estimulou os discentes na escolha do Curso de Biblioteconomia. Nessa linha, 34,2% afirmaram tê-lo escolhido por se interessarem pela profissão, 31,5% pela influência de familiares ou de colegas, 12,5%



pelo surgimento de oportunidades no mercado de trabalho, 8,3% pelo acesso ao Ensino Superior devido à nota de corte e 8,2% pela baixa concorrência. A demanda pelo profissional de Biblioteconomia tem crescido nas últimas décadas e a definição da política do governo federal de que, em cada escola de Ensino Médio e Fundamental, deva ter um profissional com essa formação, tem estimulado a escolha pelo Curso. Mesmo de forma tímida, a iniciativa privada tem valorizado e procurado o profissional bibliotecário para ajudar na gestão da informação, visto que o conhecimento é um recurso estratégico para o negócio organizacional.

Diante dos dados da pesquisa, constata-se que o interesse pelo Curso de Biblioteconomia tem se diversificado. No passado, sua escolha dava-se pela baixa concorrência e, gradativamente, esse cenário vem se transformando e aumentando o fascínio pela possibilidade de inserção no mercado de trabalho e melhores salários. Essa afirmativa é comprovada no momento em que 75,2% dos entrevistados alegam tê-lo escolhido a fim de adquirir formação profissional para o mercado de trabalho, 20,5% pela possibilidade de conseguir um bom salário – cuja remuneração média chega a cinco salários mínimos, o que está bem acima da média da renda familiar da maioria dos entrevistados – e 4,3% pelo acesso ao diploma de Ensino Superior. Ressalta-se que ninguém optou pelo indicador “oportunidade de ascensão profissional por trabalhar na área”, o que demonstra uma distância acentuada do discente com o mercado de trabalho. O convívio no ambiente acadêmico com os discentes que cursam Biblioteconomia permite às autoras deste artigo afirmarem que um grupo grande de indivíduos trabalha como atendentes em lojas, supermercados, farmácias, *call centers*; em outras atividades que exigem baixa qualificação, como babás; e muitos têm, como renda, o estágio remunerado ou bolsas de apoio, provenientes do governo federal.

Cabe salientar que o fenômeno do trabalho denominado de “segunda classe” (SAWAIA, 1999) é acentuado, em decorrência do modo pelo qual um contingente expressivo da população acaba por se inserir na sociedade e das decorrências dessa inserção nas suas condições de vida. Para Pizzio (2010, p. 107), essa inclusão é a “inserção marginal”. Na visão de Sawaia (1999, p. 40), “Além da humanidade formada de integrados (ricos e pobres), inseridos de algum modo no circuito de atividades econômicas e com direitos reconhecidos, há outra humanidade no Brasil, crescendo

rápida e tristemente através do trabalho precário [...]”, com uma formação educacional de baixa qualidade, sendo tratados como cidadãos de segunda classe. Entre esses dois mundos, há fraturas cada vez maiores e difíceis de serem ultrapassadas de acordo com o autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, que resultou neste artigo, objetivou conhecer o discente do Curso de Biblioteconomia da UFMT/CUR, analisando as mudanças ocorridas no período de 2009 – 2012, no que diz respeito às formas de acesso às IES: o vestibular tradicional e o ENEM/SISU. Algumas considerações tornam-se necessárias. Constata-se que o elitismo do acesso ao Ensino Superior brasileiro está mais relacionado à preparação dos alunos por parte das escolas do que ao processo seletivo em si. As instituições particulares de ensino estariam interessadas em preparar seus discentes para as melhores universidades públicas – fazendo uso do ensino em tempo integral –, enquanto as escolas públicas sequer disponibilizam, aos seus discentes, informações necessárias sobre o ingresso.

Portanto, pondera-se que a democratização ao acesso à IES é a massificação da educação e, ao mesmo tempo, a inclusão e a exclusão do indivíduo. E deve, então, ser avaliada a forma de inclusão na sociedade, inclusão essa que ocorre, em sua maioria, de maneira precária ou marginal. Esse tipo de inserção é um processo inerente à forma de produção e de acumulação capitalista que, por si só, já é um sistema excludente. Trata-se de um processo em que as escolhas ofertadas aos indivíduos são insuficientes para reverter o quadro de privação em que estão inseridos

Os indicadores da pesquisa evidenciaram que a massificação da educação está maquiada pelo termo democratização da educação. A falta de uma ambiência adequada para a formação do indivíduo pode ser um fator que afete o ensino-aprendizagem. Esse episódio está presente na investigação e demonstra que a condição socioeconômica do indivíduo costuma ser o incentivo para que abandone o sonho de concluir as etapas de sua formação, considerando-se, aqui, o Ensino Superior. Cabe frisar que não se pode generalizar, pois há relatos de indivíduos provenientes de escolas públicas e da classe



pobre que superaram as dificuldades, principalmente, as do conhecimento e da aprendizagem e ingressaram nas melhores universidades públicas do país.

Dar acesso à universidade, como sinalizado neste documento, não é sinônimo de ensino com qualidade. Desta forma, mais do que o aumento nas estatísticas internacionais, é necessário um novo sentido ao processo ensino-aprendizagem, a fim de que esse processo consiga zerar a evasão escolar e o discente sinta-se motivado com o aprendizado e a formação educacional. Assim, ficou evidente que os próprios discentes não reconhecem qual a melhor forma de ter acesso à universidade, se via vestibular ou ENEM/SISU.

Infere-se que ambos os grupos foram formados, em sua grande maioria, por mulheres oriundas de diversas localidades em busca de uma formação profissional. Observou-se, diante disso, que tal mobilidade já existia, de forma menos acentuada, entre os discentes que ingressaram pelo antigo vestibular. Dessa maneira, quando houve a adesão ao ENEM/SISU em 2010, isso limitou o recurso em questão. Notou-se, a partir disso, que a diferença mais marcante foi entre aqueles discentes do 1º e 2º ano, respectivamente, os quais ingressaram na Universidade logo após a implantação do método adotado pela IES – o ENEM/SISU – o que ratifica as novas possibilidades proporcionadas pelo novo sistema.

Entre os discentes que ingressaram através do vestibular, ficou claro o surgimento de uma quantidade considerável como sendo responsável pela renda familiar. Já ao ser examinado o item correspondente à renda desses grupos, observou-se que a maioria se encontrava com renda de até quatro salários mínimos. Todavia, parte dos discentes que foi adepta ao novo sistema de seleção apresentou uma variável diferenciada no requisito condição financeira, deixando evidente ter renda mensal média superior ao grupo que ingressou via vestibular. Por outro lado, ao serem discutidos os dados a respeito da escolaridade dos pais dessas pessoas, ficou bem demonstrado que a realidade desses genitores, pelo pouco estudo que tiveram, tenha refletido negativamente na formação dos próprios filhos.

Em relação aos antecedentes escolares, pode-se dizer que o Curso de Biblioteconomia da UFMT/CUR é constituído de indivíduos da rede pública de ensino. Isso foi verificado de forma intensa nos dois grupos. Constatou-se, também, que os



indivíduos que estudaram na rede pública não participaram de nenhum curso preparatório, que facilitasse ao acesso a uma vaga na Universidade. Na categoria vida acadêmica atual dos discentes, ficou destacado que o discente que ingressou por meio do ENEM/SISU obteve maiores oportunidades de acesso, devido à oferta de mais vagas; além disso, o novo sistema de seleção realiza novas chamadas até completarem as vagas remanescentes, o que não era permitido com o vestibular. Apesar da facilidade de acesso a uma vaga no Curso de Biblioteconomia na UFMT, verifica-se uma evasão considerável no primeiro ano do curso. Isso ocorre, muitas vezes, por causa da dificuldade do discente no processo ensino-aprendizagem, ocasionando desmotivação e abandono da vida acadêmica.

Os grupos até aqui investigados apontaram, como motivação para a escolha do Curso, a baixa concorrência. Com relação à expectativa com o Curso, ambos os grupos enfatizaram a obtenção por uma formação profissional para que possam, então, atuar no mercado de trabalho.

Diante de todas essas considerações, acredita-se que os objetivos estiveram devidamente presentes nas argumentações feitas a partir dos resultados tabulados, de modo a considerar que esses foram alcançados, embora não se tivesse, em nenhum momento, a concepção de preencher todas as inquietações provenientes da temática abordada.

The Students of Course Library and Access to Higher Education in UFMT / CUR - 2009-2012: a case study

Abstract: This article aims to meet the academic profile of the students of the School of Librarianship UFMT/CUR, corresponding to the 2009-2012 period. This is a qualitative case study of an exploratory nature, whose purpose was to find out how to access these students to the Course, is via vestibular and/or ENEM/SISU. We opted for the use of the questionnaire with objective questions, although qualitative character, as an instrument of data collection. The analysis and discussion of the results were developed by organizing the data into categories of analysis, so that it was possible to weave arguments, considering the theoretical grounding and the objectives outlined. It was concluded that the two forms of access, the vestibular and the ENEM / SISU showed similarities when the profile of the subjects surveyed. The results evidenced the rise indicative of changes



related to income, the employment situation and the expectation in relation to the Course. To raise the question about the best way to access University, respondents had no opinion on the most appropriate.

Keywords: Academic Profile. Librarianship. IES. Vestibular and ENEM/SISU.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, N. N. F. Trabalho e estudo: uma conciliação desafiante. In: FIPED FORUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 4., 2012, Parnaíba. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: Realize, 2012. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/.../trabalhos/ed3d2c21991e3bef5e069713af9fa>>. Acesso em: 5 mar. 2013.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: Comunigraf/NUPEEA, 2008.
- ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação à distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.
- AMARAL, M. P. Política pública educacional e sua dimensão internacional: abordagens teóricas. **Educação e Pesquisa**, v. 36, p. 39-54, 2010. Número Especial.
- CAÔN, G. F.; FRIZZO, H. C. Acesso, equidade e permanência no Ensino Superior: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil. **Revista Vertentes**, v. 19, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/vertentes/vertentes_v._19_n._2.php>. Acesso em: 3 dez. 2012.
- CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 30-50, out. 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=211:rbc-26&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em 15 abr. 2013.
- CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.
- FURTADO, C. S. V. Classificação dos pobres: questões, construção e análise. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 306-330, jan./abr. 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



Artigos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - 2004**. CD-ROM. Microdados. Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. **Indicadores PNAD 1992-2004**. Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=94>. Acesso em: dez. 2005.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 76-112, jan./jun. 2006.

LOBO NETO, F. J. S. Reforma do ensino superior – 1968. **Trabalho Necessário**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/index.php/artigos>>. Acesso em: 12 mar. 2013

MERRIAM, S. *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

NOMERIANO, A. S. A atual política educacional brasileira sintetizada no plano de desenvolvimento da educação: uma concepção fundamentada na pedagogia do capital. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO - MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011.

PAULA, M. F. C.; SILVA, M. G. M. **As políticas de democratização da educação superior nos estados do Rio de Janeiro e de Mato Grosso**: produção de pesquisas e questões para debate. Cuiabá: EDUFMT, 2012.

PIZZIO, A. O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. **Revista Ágora**, Salgueiro-PE, v. 5, n. 1, p. 96-117, ago. 2010.

RABELLO, O. **Universidade e trabalho**: perspectivas. Campinas: UNICAMP/INEP, 1973.

RIBEIRO, E. C. C. **Ações políticas de melhoria da qualidade do ensino**: descrição e análise da implementação da política de aceleração de aprendizagem na Região Norte Fluminense (2004-2007). 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2008.

RIBEIRO NETTO, A. O vestibular ao longo do tempo: implicações e implicâncias. In: SEMINÁRIO “VESTIBULAR HOJE”, 1985, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: MEC/SESU/CAPES, 1985. Disponível em <www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/116.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2012.



RISTOFF, D. A expansão da educação superior brasileira: tendências e desafios. In: PAULA, M. F. C.; FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (Orgs.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, São Paulo: Editora Idéias & Letras, 2011.

ROMANELLI, O. História da educação no Brasil. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SAWAIA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

SGUISSARDI, W. Rumo à universidade mundial – e a universidade será feita à sua imagem e semelhança. In: SGUISSARDI, W.; FRANCO, M. E. P.; MOROSINI, M. C. **Internalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão**. Brasília, DF: INEP/MEC. Série documental, 2005.

SILVA, J. F. **Posibilidad y limitaciones del aprendizaje organizacional**: el caso IEL/MG. 2013. 234f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidad del Mar, Viña del Mar, Chile, 2013.

SILVA, M. G. M. Trabalho docente na educação superior: trajetória histórica e marcas atuais. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 49-68, 2009.

SOBRAL, F. A. F. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 3-11, jan. 2000.

SOUZA, M. I. S. Política educacional e ajuda externa. **Em Aberto**, v. 1, n. 50/51, p. 43-50, abr./set. 1992.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**: techniques and procedures for developing grounded theory. 2. ed. London: SAGE Publications, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Biblioteconomia. Rondonópolis: UFMT, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e método. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Informações dos autores

Janete Fernandes Silva

Professora Assistente do Curso de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis, Rondonópolis – MT – Brasil

Email: janete_fernandes@hotmail.com

Edileuda Soares Diniz

Professora Assistente do Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB – Brasil

Email: dinizleda@hotmail.com

Aline Fernanda dos Santos

Graduada em Biblioteconomia da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis, Rondonópolis – MT – Brasil

Email: aline_fernanda025@hotmail.com



Artigo recebido em 24.05.2014 e aceito para publicação em 08.09.2015.